

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL (CPADR)**

REQUERIMENTO Nº ___/2026
(Do Sr. TIÃO MEDEIROS)

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), para debater o seguinte tema: “Preservação ambiental e fomento da produção agropecuária: impactos da alteração do Manual de Crédito Rural”.

Senhor Presidente,

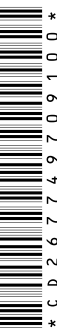
Requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e na forma do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada reunião de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), para debater o seguinte tema: **“Preservação ambiental e fomento da produção agropecuária: impactos da alteração do Manual de Crédito Rural”**.

Sugere-se que sejam convidados representantes das seguintes instituições:

- Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA);
- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA);
- Banco Central do Brasil (BACEN);
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE);
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);
- Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

JUSTIFICATIVA

A recente alteração do Manual de Crédito Rural, ao estabelecer a exigência de verificação de supressão de vegetação por meio de sistemas de monitoramento, como o PRODES/INPE, como condição para a concessão de crédito, trouxe à tona um debate



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Tião Medeiros

de elevada relevância para o país, especialmente no que diz respeito à compatibilização entre o financiamento da produção agropecuária e a preservação ambiental.

O crédito rural constitui um dos principais instrumentos de política agrícola, sendo essencial para garantir a continuidade da produção, o abastecimento interno e a competitividade das exportações brasileiras. Sua relevância é ainda mais acentuada no contexto das pequenas e médias propriedades, que dependem diretamente do acesso a financiamento para custeio e investimento.

Por outro lado, a preservação ambiental é igualmente um objetivo estratégico, alinhado a compromissos nacionais e internacionais do Brasil, e indispensável para a sustentabilidade da atividade agropecuária no longo prazo.

Nesse contexto, a utilização de ferramentas de monitoramento remoto, embora tecnicamente relevantes, suscita preocupações quanto à sua aplicação prática, sobretudo no que se refere à precisão dos dados, à atualização das informações, à possibilidade de inconsistências e aos impactos sobre a segurança jurídica dos produtores rurais.

Há relatos de dificuldades enfrentadas por produtores no acesso ao crédito em razão de apontamentos que, em alguns casos, podem não refletir a realidade consolidada da área, o que reforça a necessidade de um debate aprofundado sobre os critérios técnicos, os procedimentos adotados e as salvaguardas necessárias para evitar distorções.

Dessa forma, a realização de audiência pública conjunta entre a Comissão de Agricultura e a Comissão de Meio Ambiente mostra-se essencial para promover um diálogo qualificado entre governo, setor produtivo, instituições financeiras e comunidade científica, com vistas à construção de soluções equilibradas que conciliem o fomento à produção agropecuária com a proteção ambiental, assegurando segurança jurídica, eficiência e justiça na aplicação das políticas públicas.

Sala da Comissão, em ____ de _____ de 2026.

Deputado TIÃO MEDEIROS
Deputado Federal

